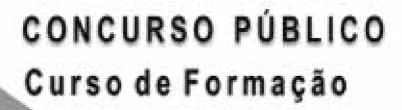


# **ESTADO DE ALAGOAS**

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E PATRIMÓNIO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ



Cargo:

Técnico de Finanças

CADERNO DE PROVAS

Aplicação: 1.º/8/2002



# LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Este caderno consta de vinte questões objetivas, referentes à prova do Curso de Formação.
- 2 Caso o cademo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao liscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 5. A duração da prova é de duas horas, já incluido o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer da prova e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rescunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

#### AGENDA

- 1. 1.19/2003 Divulgação dos gallestos oficials preliminares de proya pojetiva, na internei no endereço eletrónico feta l'Avenus supe untr. br.
- 3 e Si\$2000 Registrameto de resursos contra de galantos oficiale preliminares de prove objetivo, exclusivamente na Coordinação do Curso de Formação, na Escola Fazandaria — Rodovia AJ, 101 Norte, Am 3.5. Jaconestos, Massão - AJ, —, das Bás 18 horas.
- 18: 30%/2002 Cate proviewi de divulgação (após, a repreciação de eventura recursos), do resultado final da provinciajentes do Cumo de Formação.

## оввеннисоев

- Não serão objeto de convectivento recurrence em desacor do porto estabelecido no tien 9 DOS RECURSOS do Estad n. 1003/2003/SEARI-PISETAZ de 14/3/3/00.
- Priormagnica ratetinas ao concurso poderás sas poticias pelo fatativos 8000-41-445-8100.
- E pormitido a reprodução deste material, deste que citada a forte.

Nas questões de 1 a 20, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a folha de respostas, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## QUESTÃO 1

Julgue os itens abaixo relativos à organização da administração pública.

- I É correto afirmar que, em função da organização federativa brasileira, a administração pública assume apenas a forma de administração pública federal.
- II No aspecto horizontal, em função do grau de complexidade, a administração pública classifica-se em direta e indireta.
- III As entidades e os órgãos que compõem a administração pública detêm personalidade jurídica de direito público.
- IV No âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (SEFAZ), tem-se como exemplo de órgão colegiado o Conselho Tributário Estadual.
- V A SEFAZ é um órgão desprovido de personalidade jurídica que integra a administração indireta estadual.

Estão certos apenas os itens

♠ I e II.

• II e IV.

**③** IV e V.

3 I e III.

• III e V.

# QUESTÃO 2

Acerca da atual estrutura da SEFAZ, assinale a opção correta.

- A Inspetoria de Contabilidade e Finanças é um órgão diretamente ligado ao Gabinete do Secretário da Fazenda.
- **9** A Coordenadoria de Auditoria Fiscal é um órgão que funciona nos julgamentos de processos administrativos fiscais em 2.ª instância.
- A Coordenadoria de Tributação é o órgão competente para o controle das receitas tributárias estaduais.
- A Coordenadoria de Arrecadação é um órgão autônomo no âmbito da estrutura da SEFAZ.
- **4** A Coordenadoria de Fiscalização é um órgão diretamente ligado ao Departamento de Administração.

## QUESTÃO 3

Assinale a opção correta.

- A instauração do procedimento para a apuração de ato de improbidade administrativa é sempre condicionada à representação do administrado.
- Em caso de improbidade administrativa, sujeito ativo é apenas o agente público remunerado pelas entidades e pelos órgãos da administração pública indireta.
- Instaurado o procedimento administrativo para apuração de ato de improbidade administrativa, impõe-se, de imediato, o afastamento do servidor público.
- Nos termos do disciplinamento legal da tutela da probidade administrativa, a perda da função pública é sanção imposta apenas à modalidade de enriquecimento ilícito.
- Dano ao erário e enriquecimento ilícito são modalidades de ato de improbidade administrativa.

## QUESTÃO 4

À luz do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- I Jurados convocados para a composição do tribunal do júri podem ser considerados particulares em colaboração com a administração pública.
- II Desvio de poder e excesso de poder não são expressões sinônimas no direito administrativo.
- III Considere a seguinte situação hipotética.

João, agente controlador de arrecadação, inescusavelmente, empurra um contribuinte que indagava acerca da demora de um processo administrativo no setor de arrecadação, configurando-se, tal ato, em um verdadeiro atentado à incolumidade física do administrado.

Nessa situação, a conduta de João tipifica-se como crime de abuso de autoridade. Como, entretanto, o ato realizou-se no recinto da repartição pública, o servidor estará passível de sofrer, apenas, as sanções administrativas previstas na Lei n.º 4.898/1965.

- IV O controle de improbidade é exercido unicamente pelo Ministério Público.
- V Ocorre excesso de poder quando a intensidade da medida for maior que a necessária para a compulsão do obrigado.

Estão certos apenas os itens

**G** I, III e IV.

**3** III, IV e V.

**3** I, II e V.

**1** II, III e V.

## QUESTÃO 5

A propósito do poder hierárquico, assinale a opção incorreta.

- Por intermédio de seu poder hierárquico, a Administração ordena, coordena, controla e corrige as atividades administrativas.
- Supondo que o coordenador geral de administração tributária, no uso de suas atribuições, aprove parecer exarado pela Coordenadoria de Tributação, pode-se afirmar que esse ato configura controle hierárquico interno e posterior de ato administrativo praticado por órgão subalterno.
- Considere a seguinte situação hipotética.

Manuel, servidor público estadual, lotado na Coordenadoria de Arrecadação da SEFAZ, instado formalmente por contribuinte a prestar informações acerca de seus débitos tributários, emite resposta negativa e imotivada.

Nesse caso, é cabível recurso hierárquico próprio ao coordenador geral de administração tributária.

- **O** Controle de um ato administrativo apenas pode ser realizado previamente ou posteriormente à sua emissão.
- **9** O controle dos atos da administração poderá ser iniciado por provocação do administrado.

#### QUESTÃO 6

Com relação ao regime constitucional dos servidores públicos, assinale a opção **incorreta**.

- Colocado em disponibilidade, o servidor estável fará jus à remuneração proporcional ao seu tempo de serviço.
- Aos servidores ocupantes de cargo público não se estendem direitos sociais como remuneração de hora-extra e adicional noturno.
- As regras do regime celetista não podem ser alteradas unilateralmente pelo Estado em desfavor do empregado.
- Insuficiência de desempenho é hipótese de perda do cargo público.
- Gonsiderando que, atendidas as exigências legais específicas para progressão funcional, Francisco, técnico de finanças, foi conduzido a um nível mais alto na sua carreira, é correto afirmar que este configura um caso de provimento derivado vertical denominado promoção.

## QUESTÃO 7

Julgue os itens que se seguem.

- I O exercício do cargo de professor por ocupante de cargo técnico, ainda que na mesma esfera da administração pública, configura hipótese de acumulação não permitida pelo texto constitucional.
- II Considere a seguinte situação hipotética.

José, servidor público estadual, no dever de acompanhamento de informações econômicas e financeiras relativas a um determinado contribuinte, torna público esses dados sem o consentimento do contribuinte.

Nesse caso, com base no princípio da publicidade dos atos administrativos, é correto afirmar que José não ofendeu a norma do dever de sigilo acerca de assuntos da repartição.

- III Opor resistência injustificada ao andamento de processo é conduta expressamente proibida ao servidor público.
- IV Receber, o servidor público, vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições constitui, em qualquer caso, apenas mera irregularidade administrativa.
- V Nos termos do processo administrativo disciplinar, a demissão é a penalidade administrativa mais grave aplicável ao servidor público que infringe as normas que consubstanciam deveres para com a administração pública.

Estão certos apenas os itens

I e II.

• II e IV.

**③** IV e V.

3 I e III.

• III e V.

#### QUESTÃO 8

Os limites do poder de polícia são demarcados pelo interesse social em conciliação com os direitos fundamentais do indivíduo assegurados pela Constituição da República. Do absolutismo individual evoluímos para o relativismo social.

Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro (com adaptações).

Assinale a opção correta, com relação às idéias do texto acima.

- O poder de polícia tem como limites apenas os interesses da administração.
- **3** O relativismo social é fase anterior ao absolutismo individual.
- O interesse social na aplicação da medida de polícia esbarra nos interesses individuais.
- Como a polícia administrativa busca o interesse público, não importa se o meio empregado para alcançá-lo ofende direitos fundamentais dos particulares.
- **9** No uso do poder de polícia, deve haver conciliação entre o interesse tutelado pela lei e os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

## QUESTÃO 9

Acerca dos poderes administrativos, assinale a opção incorreta.

- Instauração, inquérito e relatório configuram as três fases do processo administrativo disciplinar.
- **3** Considere a seguinte situação hipotética.

Maria, servidora pública estadual, fora punida com advertência pela administração, em razão de conclusão da necessidade da medida pela Comissão de Sindicância instaurada por portaria editada pelo secretário de estado da fazenda.

Esse caso configura-se em sindicância autônoma, pois ao final do procedimento aplicou-se, de logo, a sanção prevista legalmente.

- No mister de ordenar e facilitar os trabalhos administrativos tributários, o coordenador geral de administração tributária poderá editar Portaria CAT arrimada em Decreto do Executivo Estadual.
- Considere a seguinte situação hipotética.

João, servidor público estadual, processado penalmente por crime de corrupção passiva, em que ficou caracterizada a violação de dever para com a administração pública, fora condenado, sendo-lhe aplicada pena privativa de liberdade de um ano.

Nessa situação, um dos efeitos da condenação penal será a perda do cargo público.

• Considere a seguinte situação hipotética.

Joana, servidora pública estadual, fora processada penalmente por crime de extravio de livros e documentos administrativos, sendo, então, absolvida por insuficiência de provas.

Nesse caso, Joana poderá ser punida administrativamente por violação do dever de não retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

## QUESTÃO 10

No que se refere à responsabilidade objetiva da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- I Para fins de responsabilização objetiva, é irrelevante se o agente público, causador de dano a terceiro, agiu no exercício de sua função pública.
- II Considere a seguinte situação hipotética.

Um servidor público estadual deixa de registrar e confirmar o efetivo recolhimento do débito tributário de um determinado contribuinte, que, em razão disso, tem a sua inscrição no cadastro de contribuintes cancelada, submetendo-se, entre os demais efeitos do cancelamento, à apreensão de suas mercadorias em um posto fiscal na fronteira do estado de Alagoas. Irresignado, o contribuinte não efetua o pagamento da multa exigida, sendo, então, suas mercadorias leiloadas em função do escoamento do prazo legal para reavê-las.

Nesse caso, a administração poderá ser acionada a reparar os danos causados ao contribuinte, podendo aquela, posteriormente, ajuizar ação regressiva contra o agente público, para dele reaver o prejuízo, caso comprove sua culpa ou dolo em não controlar corretamente a arrecadação do crédito tributário.

- III A regra da aplicação da responsabilidade objetiva independe da verificação do nexo causal entre o dano causado a terceiro e a prestação do serviço público.
- IV Na ação de regresso contra o servidor público causador de dano a terceiro, serão perquiridas a culpa ou dolo daquele.
- V Às sociedades de economia mista e às empresas públicas que não executam serviços públicos aplica-se, também, a regra da responsabilidade objetiva.

Estão certos apenas os itens

I e II.

**G** II e IV.

**⊜** IV e V.

3 I e III.

• III e V.

## QUESTÃO 11

De acordo com o art. 37 da Lei n.º 4.320/1964, despesas de exercícios anteriores, são as despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. De acordo com essa definição, as despesas de exercícios anteriores são despesas

- extra-orçamentárias.
- **3** de exercícios futuros.
- orçamentárias.
- cujo fato gerador ocorreu no exercício do pagamento.
- **3** diferidas.

## QUESTÃO 12

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Nesse sentido, assinale a opção que contempla, na íntegra, os recursos considerados para tal finalidade.

- Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; produto de arrecadação consignada no orçamento; reservas de contingência; os provenientes de excessos de arrecadação; o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las
- **(9)** disponibilidades financeiras apuradas em balanço; recursos autorizados em lei orçamentária, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior
- superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; os resultantes de anulação parcial e total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais, autorizados em lei; os provenientes de excessos de arrecadação
- as receitas arrecadadas no exercício; saldo de créditos extraordinários; reservas de contingência; os resultantes de anulação parcial e total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais autorizados em lei
- **3** saldos provenientes de excesso de arrecadação

## QUESTÃO 13

Com relação à Lei Orçamentária Estadual, assinale a opcão correta.

- Os compromissos financeiros só poderão ser assumidos pelas unidades orçamentárias dentro da programação financeira de desembolso.
- A programação financeira é estabelecida por quadrimestre pelo Poder Executivo, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução da programação anual de trabalho.
- Durante o exercício, o Poder Executivo está autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social créditos suplementares até o limite de 25% do total do orçamento.
- A programação financeira é definida pela lei orçamentária.
- **9** A despesa empenhada no exercício deve ser igual à receita arrecadada.

## QUESTÃO 14

De acordo com o art. 1.º do Decreto Estadual n.º 37.119/1997, a entrega de numerário a servidor no exercício regular de função pública, para a realização de despesa precedida de empenho na dotação orçamentária própria, cujo pagamento não possa subordinarse ao processo administrativo-financeiro, denomina-se

- a vale.
- **3** adiantamento.
- **©** suprimento de fundos.
- empréstimo.
- **3** ajuda de custo.

# QUESTÃO 15

De acordo com as normas do Poder Executivo estadual, a aplicação e a comprovação dos recursos a título de adiantamento de numerário, subordinam-se, respectivamente, aos prazos de

**a** 30 e 15 dias.

**1** 30 e 10 dias.

**3** 90 e 15 dias.

**6**0 e 10 dias.

**9** 90 e 30 dias.

## QUESTÃO 16

Considerando a legislação pertinente ao estado de Alagoas, nos atos de concessão de diárias mediante portaria da autoridade competente, obrigatoriamente devem constar elementos essenciais. Assinale a opção que contempla esses elementos.

- Indicação das parcelas a serem indenizadas com pousada.
- Nome, matrícula, cargo ou função, lotação, RG e CPF do servidor favorecido, objetivo da viagem, período de afastamento e local de destino, valor expresso em moeda corrente e, por extenso, classificação da despesa.
- Indicação do alojamento ou outra forma de pousada, dia de ida e de retorno, vigência da viagem e CPF do favorecido.
- Nome, função, certidão de nascimento e reservista.
- Garteira profissional, nome, matrícula e cargo do servidor favorecido.

## QUESTÃO 17

Com a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), ficou instituído o Plano de Contas Único, de utilização obrigatória pelos órgãos e entidades da administração estadual centralizada e descentralizada. O órgão responsável pela gestão e o órgão responsável pelo processamento dos dados do SIAFEM/AL são o(a)

- A Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Administração.
- **3** Secretaria de Administração e a Assembléia Legislativa.
- **©** Tribunal de Contas do Estado e a Assembléia Legislativa.
- Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Administração.
- **3** Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Planejamento.

## QUESTÃO 18

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que seja publicado quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso do público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, pelos titulares dos poderes e órgãos, o relatório de gestão fiscal. Determina também os demonstrativos que deverão compor referido relatório. Assinale a opção que contempla tais demonstrativos.

- despesa total com pessoal; dívida consolidada; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantias; disponibilidades de caixa em 31 de dezembro; restos a pagar
- **3** despesa com pessoal; discriminação de receita total; despesa de capital; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita
- despesa de pessoal; despesa de custeio; operações de créditos, inclusive por antecipação de receita; dívidas consolidada e mobiliária
- dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; relação dos empréstimos concedidos
- demonstrativo das despesas efetuadas por meio de licitação; execução da receita; despesa de pessoal; relação dos adiantamentos de numerários

## QUESTÃO 19

A Lei n.º 4.320/1964, no capítulo em que trata dos balanços, contém instruções e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro. Tece, também, comentários específicos a cada um dos tipos de balanço preconizados, explicando como proceder para encerrar as contas do exercício. Nesse contexto, assinale a opção que demonstra a movimentação do balanço financeiro.

- ativo financeiro, operações de receitas e despesas orçamentárias, créditos suplementares
- resultado patrimonial, saldos em espécie do exercício anterior, demonstrativo das receitas
- restos a pagar, saldos que se transferem para o exercício seguinte, resultado patrimonial
- operações orçamentárias de receitas e despesas, operações extraorçamentárias, de recebimentos e pagamentos no período demonstrado e os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte
- **9** receitas e despesas previstas, passivo permanente e movimentação do almoxarifado

## QUESTÃO 20

Com relação a pedidos de alteração de valores nos anexos da programação financeira, pelo titular da secretaria ou órgão, a solicitação deve ser encaminhada à(ao)

- Secretaria de Planejamento.
- **3** secretária-chefe do Poder Executivo.
- Secretaria de Administração.
- presidente do Tribunal de Contas.
- **3** Secretaria de Estado da Fazenda.